

**GERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO, NORMAS E PROCEDIMENTOS - GONP**  
**CHEFIA DAS AÇÕES DE ORIENTAÇÃO - COR**

**BOLETIM Nº** 004/2012

**ASSUNTO:** Licitação.

**LEGISLAÇÃO:** Lei Federal nº 8.666/1993

**DATA:** 24/01/2012

**Apresentação da certidão negativa da Justiça do Trabalho na fase de habilitação.**

A habilitação é a fase do certame licitatório em que se examinam as condições de qualificação daqueles que pretendem contratar com a administração pública, devendo, para tanto, atender às exigências formuladas no instrumento convocatório, e, ainda, atender as exigências contidas no artigo 27 da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 8.666/93.

Nesta fase não se examinam as propostas e sim a capacidade dos proponentes de exercer os direitos e realizar as obrigações. Para isto, a Lei 8.666/1993 exige a apresentação dos seguintes documentos:

- ✓ habilitação jurídica, qualificação técnica,
- ✓ qualificação econômico-financeira,
- ✓ cumprimento do disposto no inciso XXXIII<sup>i</sup> do art. 7º da Constituição Federal,
- ✓ regularidade fiscal e,
- ✓ **regularidade trabalhista**. (a regularidade trabalhista foi inserida pela Lei nº 12.440/2011).

A inovação da Lei, diz respeito à exigência, a partir de 2012, da comprovação, pela licitante, das obrigações trabalhistas, que deverá ser feita consoante as disposições contidas no artigo 29, inciso IV e V da Lei 8.666/93.

A CNDT é regulada no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e será expedida gratuita e eletronicamente através do site [www.tst.gov.br/certidao](http://www.tst.gov.br/certidao).

Por fim, recomendamos aos Senhores Gestores, a leitura atenciosa aos artigos 27 e 29 da Lei nº 8.666/93, onde repousa as inovações quanto às exigências legais de habilitação em procedimento licitatório.

Esta SCGE, através da Chefia das Ações de Orientação, coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos através do telefone 3183-0921.

<sup>i</sup> Inciso XXXIII do art. 7º da CF - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;